

Resolução da CES sobre 2021 – Ano para Mais Democracia no Trabalho

Adotada no Comité Executivo de 22-23 de Março de 2021

CONTEXTO

A democracia, enquanto valor fundamental da União Europeia, estabelece a base para a coesão social e económica. A democracia é o antídoto para a desigualdade, a exclusão e a injustiça social. Esta é a razão pela qual a CES se está agora a mobilizar para conseguir Mais Democracia no Trabalho e para construir um futuro responsável e sustentável para as pessoas da Europa.

É crucial Mais Democracia no Trabalho para uma sociedade mais justa e inclusiva e para um mundo do trabalho à prova de futuro: Quase nove em cada dez Europeus acreditam que a Europa social é “importante” e 71% considera que a falta de direitos sociais constitui atualmente um “problema sério”. Para além disso, quase três em cada quatro Europeus acreditam que devem ser tomadas mais decisões a nível europeu para promover “condições dignas na UE”¹

Os números são ainda mais elevados quando se pergunta sobre a importância da Europa se empenhar mais relativamente à igualdade de oportunidades e ao acesso ao Mercado de trabalho, a condições de trabalho justas e à proteção e inclusão social. Reforçam a necessidade de um projecto de legislação laboral, que transcenda as realidades nacionais e se cubra a regulamentação de novas realidades com um compromisso claro para com a economia social, as cooperativas e a participação dos trabalhadores.

Neste contexto, a Democracia no Trabalho tem que desempenhar um papel fundamental. O desenvolvimento de condições de trabalho justas nas empresas e nos serviços públicos está intimamente ligado com direitos ambiciosos de informação, consulta e participação dos trabalhadores. As relações laborais funcionam melhor quando baseadas no diálogo social e no envolvimento por parte dos trabalhadores. É importante encontrar soluções para problemas graves, o que implica que os direitos devem ser reforçados e salvaguardados.

A Carta Social Europeia do Conselho da Europa (ESC), também geralmente conhecida como a ‘Constituição Social da Europa’, bem como a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia (CFREU) deveriam constituir a bússola para a ação das instituições e dos Estados Membros. Em conformidade, deverá ser garantido, de forma que os trabalhadores ou os seus representantes sejam informados e consultados, aos níveis apropriados, em tempo útil, nos casos e de acordo com as condições estabelecidas pela legislação europeia e pelas regulamentações e práticas nacionais.² Da mesma forma, o diálogo social entre a gestão e o trabalho é crucial, tal como se encontra refletido no capítulo sobre política social do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia.

A democracia no trabalho necessita de muito mais do que uma menção às conquistas da UE no Pilar Europeu dos Direitos Sociais (EPSR)³. Necessita de identificar qualquer linha de ação nova ou progressiva. O Plano de Ação EPSR sublinha o importante papel da informação, consulta e participação dos trabalhadores na definição das transições e na gestão da dupla de transições em curso e da globalização. A Comissão refere a possibilidade de “melhorar a implementação e o cumprimento” de um conjunto de directivas⁴ mas falha em propor qualquer via para uma inclusão substantiva das vozes dos trabalhadores nos processos de tomada de

¹ Eurobarómetro509 (2021) Disponível em

<https://ec.europa.eu/commfrontoffice/publicopinion/index.cfm/survey/getsurveydetail/instruments/special/surveyky/2266>

² Art. 27 Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia

https://www.europarl.europa.eu/charter/pdf/text_en.pdf³

<https://ec.europa.eu/social/main.jsp?langId=en&catId=89&newsId=9939&furtherNews=yes>

⁴ “O Diálogo social, a informação, consulta e participação dos trabalhadores e dos seus representantes a diferentes níveis (nomeadamente a nível da empresa e sectorial) desempenham um papel importante na definição das transições económicas e na promoção da inovação no local de trabalho, em especial com vista à dupla transição em curso e às alterações no mundo laboral.

decisão e no preenchimento das lacunas identificadas na legislação europeia. O movimento sindical europeu mobiliza-se para que a ação política apresente soluções concretas para os trabalhadores na Europa e determina que o ano de 2021 será o ano de Maior Democracia no Trabalho.

Introdução

A democracia no trabalho é uma característica democrática chave para exprimir os interesses dos trabalhadores e participar nos processos de tomada de decisão nas empresas. A participação dos trabalhadores e demais direitos sindicais⁵ em empresas e em locais de trabalho públicos resilientes e sustentáveis, proporcionando perspectivas de vida dignas e bem-estar social e ambiental nos locais e regiões onde vivem.

O Acordo Verde, o Plano de Recuperação do Covid-19, a nova Estratégia Industrial, a Digitalização apenas funcionarão de uma forma eficaz com a participação dos trabalhadores enquanto cidadãos nos seus locais de trabalho. Este processo ajudará os trabalhadores a conseguir mudanças e a apropriar-se da transição necessária.

A democracia no trabalho é fundamental para exercer uma influência única na tomada de decisões no local de trabalho, através de sindicatos no local de trabalho, delegados sindicais, órgãos de representação dos trabalhadores, Conselhos de Empresa Europeus (CEE) e representação dos trabalhadores a nível do conselho. A participação dos trabalhadores e outros direitos sindicais devem reforçar substancialmente o impacto dos sindicatos nas tomadas de decisão das empresas e dos serviços públicos. O seu envolvimento faz uma grande diferença para desencadear a dupla de transições – para benefício de todos os cidadãos europeus.

A democracia no trabalho serve de multiplicador e faz uma diferença real em termos sociais, ecológicos e económicos, em especial no quadro de uma pandemia sem precedentes.

A democracia no trabalho está sob ataque.

- As empresas e as administrações demasiadas vezes não cumprem as obrigações legais de envolvimento dos representantes dos trabalhadores antes da tomada de decisões, com impacto nos empregos e nas condições de trabalho. Enquanto as reestruturações acontecem constantemente em empresas multinacionais, apenas 26.9% dos membros dos CEE teve uma reunião antes da tomada de decisão.⁷
- A representação ao nível da administração é repetidamente ignorada ou evitada. E mais: a legislação europeia oferece a possibilidade de as empresas contornarem a legislação nacional sobre os direitos de informação, consulta e participação dos trabalhadores.⁸
- As autoridades públicas pouco intervêm para garantir o cumprimento do direito dos trabalhadores à informação e consulta atempada e significativa.
- Os novos modelos de negócio, as cadeias de falsa contratação e as empresas fictícias estão a aumentar, em detrimento dos direitos dos trabalhadores.

Quadro de Diretivas sobre informação e consulta dos trabalhadores, tanto a nível nacional como transnacional (Directives 98/59/EC, 2001/23/EC, 2002/14/EC, 2009/38/EC, 2001/86 EC), estabelece regras de proteção nos processos de reestruturação. As autoridades nacionais e os parceiros sociais têm que aderir a estas regras. Poderiam ser previstas modalidades específicas para melhorar a implementação e o cumprimento destas diretivas." "A Comissão encoraja: ... • as autoridades nacionais e os parceiros sociais a garantirem informação e consulta dos trabalhadores durante os processos de reestruturação, tal como se estabelece nas regras da UE e a promoverem a participação dos trabalhadores ao nível da empresa, com vista à promoção da inovação no local de trabalho."

(<https://ec.europa.eu/social/main.jsp?langId=en&catId=89&newsId=9939&furtherNews=yes>; p. 16, 18)

⁵ Programa de Ação do Congresso da C ES de 2019 § 60. A democracia no trabalho é uma das cinco prioridades para a construção de uma nova Europa para os trabalhadores, tal como está identificado no Programa de ação do Congresso de 2019 da CES (§ 31c). Para além disso, o Congresso da CES mandou o secretariado da CES a continuar a ofensiva e a reforçar as suas iniciativas para Mais Democracia no Trabalho (§71 ff.).

⁶ Rapp, Marc Steffen; Wolff, Michael: Strong codetermination - stable companies Mitbestimmungsreport No. 51, Düsseldorf 2019); ETUI: Benchmarking Working Europe (2019).

⁷ De Spiegelaere, Stan, and Romuald Jagodzinski. Can Anybody Hear Us? An Overview of the 2018 Survey of EWC and SEWC Representatives. Instituto Sindical Europeu (ETUI) (2019).

⁸ Teichmann, Christoph, Cap. 5: Circumvention of Board Level Representation of Employees (May 6, 2019). Abuse of Companies, editado por Birkmose, Neville e Engsig Sørensen, 2019, pag.27. Disponível <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.3383631>

A atual pandemia chegou a exacerbar estas práticas já existentes.⁹ Ondas de reestruturação ameaçam deixar os trabalhadores sem qualquer forma de poderem manifestar os seus interesses e preocupações. É tempo de um quadro legal europeu para os direitos dos trabalhadores, produzir efeitos, com sanções dissuasivas efetivas.

Construir e manter o momento: A estratégia conjunta 2020 CES-ETUF sobre mais democracia no trabalho mostrou o valor de um conjunto de ações bem coordenado e direcionado para ancorar e manter a democracia no trabalho na agenda das instituições europeias e dos governos nacionais. A CES, em conjunto com os membros da ETUF e nacionais, organizou com sucesso uma semana de mobilização para Mais Democracia no Trabalho, bem como uma petição.¹⁰ Será fundamental manter esta pressão em 2021 para continuar a construção de uma estratégia de sucesso para Mais Democracia no Trabalho.

2021 será crucial por pelo menos 4 razões: em primeiro lugar, para influenciar o esperado relatório sobre a iniciativa legal do PE sobre a revisão dos CEE; em segundo, para preparar o caminho para o próprio relatório da iniciativa do PE sobre um novo quadro para a informação, consulta e participação dos trabalhadores ao nível da administração; em terceiro, para ancorar a democracia no trabalho em atuais e futuros processos de reestruturação, exacerbados pela pandemia; e quarto, como uma característica indispensável para implementar os planos de recuperação aos níveis nacionais.

A CES, em conjunto com os seus membros, são atores para estimular e motivar essas mudanças e desenhar transições sustentadas. É por esta razão que a **CES propõe declarar 2021 – Ano para Mais Democracia no Trabalho**. Convidamos todos os atores do movimento sindical na Europa a juntarem-se a esta aliança não-governamental. Esta resolução de 2021 – *Ano para Mais Democracia no Trabalho* visa definir os objetivos (I), as razões e o momento adequado (II), os alvos relevantes (III) e as ações relevantes (IV).

I. PRINCIPAIS OBJETIVOS

Os principais objetivos da iniciativa *2021 – Ano para Mais Democracia no Trabalho* são de:

- tornar Mais Democracia no Trabalho uma prioridade na agenda das instituições europeias e dos governos nacionais e fazer lobby para:
 - a revisão da diretiva sobre CEE;
 - um novo quadro horizontal sobre informação, consulta e participação a nível da administração dos trabalhadores para empresas europeias e para empresas que recorrem a instrumentos de mobilidade.
- Reforçar a Democracia no Trabalho para minimizar as consequências da pandemia de uma forma responsável em todos os locais de trabalho, tais como:
 - transposições erróneas da legislação da UE;
 - monitorização do cumprimento da regulamentação existente;
 - reforço dos direitos de informação e consulta;
 - sensibilizar o público em geral para a importância e resultados da Democracia no Trabalho.

2021 – Ano para Mais Democracia no Trabalho contribuirá também para:

- desenhar uma recuperação que produza efeitos para os trabalhadores e para as suas famílias;
- desenhar uma recuperação que produza efeitos para a sociedade, bem como para as empresas;

⁹ CES: Observatório do COVID-19 – Direitos de informação, consulta & participação dos trabalhadores Disponível em : <https://www.etuc.org/sites/default/files/publication/file/2020-06/Covid-19%20Briefing%20Workers%27%20Information%20Consultation%20and%20Participation%20merged.pdf>

¹⁰ <https://www.etuc.org/en/mobilisation-week-youve-made-it-real-success;>
<https://www.etuc.org/en/petition-more-democracy-work-must>

- reforçar a Democracia no Trabalho e a participação dos trabalhadores, como sendo os melhores antídotos para a desigualdade;
- sublinhar o papel da Democracia no Trabalho como um fator decisivo para apoiar a coesão económica e social, para desenhar a dupla transição e a reestruturação das empresas europeias num processo de transição justa, para construir mercados de trabalho fortes e tornar as regiões em casas socialmente inclusivas;
- melhorar o quadro de governança empresarial da UE;
- reforçar a sustentabilidade dos locais de trabalho.

II. PORQUÊ AGORA

2021 – Ano para Mais Democracia no Trabalho é oportuna e apropriado para várias iniciativas esperadas:

A nível europeu e no rescaldo da pandemia, é fundamental colocar agora a Democracia no Trabalho na agenda de recuperação e torná-la um princípio orientador para a Europa Social no futuro.

A atual crise sanitária mostrou a importância das medidas de segurança e saúde no trabalho. Os direitos de informação, consulta e participação são importantes para implementar as necessárias medidas de segurança e saúde.

Em 2021 espera-se que o Parlamento Europeu elabore um relatório de iniciativa legislativa sobre a revisão da directiva sobre os CEE. Da mesma forma, está previsto para 2021 um relatório de iniciativa do Parlamento Europeu sobre um novo quadro de informação, consulta e representação a nível da administração. É portanto importante exercer influência sobre estes relatórios, de modo a incorporarem as nossas reivindicações.

2021 – Ano para Mais Democracia no Trabalho também visará estabelecer a participação dos trabalhadores como uma prioridade nas diferentes agendas das presidências do Conselho europeu. As Presidências do Conselho Portuguesa (1º semestre de 2021) e Francesa (1º semestre de 2022) revestem-se de particular importância. É portanto fundamental mobilizar durante a Presidência Portuguesa do Conselho Europeu e passar para a Presidência Francesa do Conselho, utilizando a Presidência Eslovena como uma ponte (2º semestre de 2021).

A Democracia no Trabalho deveria fazer parte da antecipação da mudança, nomeadamente as discussões sobre os planos de recuperação e respetivas implementações e um elemento chave da monitorização de progresso das transições justas.

A Democracia no Trabalho deveria apoiar os direitos legalmente vinculativos de informação e consulta para os funcionários públicos e para os trabalhadores das administrações do governo central.

As matérias transversais, tais como a devida diligência dos direitos humanos, conduta responsável das empresas e igualdade de género estão atualmente em debate. A Democracia no Trabalho tem que ser incluída nestas matérias, podendo ser exploradas sinergias.

A nível nacional, *2021 – Ano para Mais Democracia no Trabalho* visará equipar e apoiar melhor os filiados da CES nas suas próprias ações em prol do respeito e reforço dos direitos dos trabalhadores à informação, consulta e representação ao nível da administração. Ajudará a mobilizar os governos nacionais, tendo em conta as iniciativas europeias acima referidas. Na mesma linha, apoiará as diligências junto dos governos nacionais casos de reestruturação e em particular de empresas que não cumpram as regras nacionais e europeias.

INSTITUIÇÕES VISADAS

As ações durante a Iniciativa 2021 – *Ano para Mais Democracia no Trabalho* visarão os seguintes entidades:

- O Parlamento Europeu;
- A Comissão Europeia;
- Os governos nacionais, o Conselho da UE e as próximas Presidências da UE ;
- Sindicalistas e representantes dos trabalhadores, Conselhos de Empresa Europeus;
- Empresas (multinacionais);
- O público em geral¹¹

III. AÇÕES

O formato e calendarização das diferentes ações serão flexíveis, de modo a poderem adaptar-se às solicitações dos filiados e de forma a poderem ser ajustados aos eventos da CES, bem como nos eventos a CES se encontra ativamente envolvida. Tais ações poderiam ter a forma de eventos organizados pela CES ou com a colaboração da CES, pelos filiados nacionais em todos os Estados Membros e/ ou da ETUF, em 2021. Serão anunciados na página do website da CES sobre Mais Democracia no Trabalho:

<https://www.etuc.org/en/more-democracy-work>.

As ações direcionadas devem ter como objetivo apoiar os filiados, os sindicalistas, os representantes dos trabalhadores e os CEE que enfrentam por exemplo processos de reestruturação, em que os direitos de informação e consulta não tenham sido respeitados pelas empresas.

A CES propõe ações direcionadas, como sendo eventos de mobilização para atualizar os deputados sobre casos concretos de violações dos direitos de informação, consulta e participação dos trabalhadores, para apoiar os deputados relatores (Dennis Radtke and Gabriele Bischoff) bem como os relatores-sombra e o respetivo pessoal relativamente a dossiers essenciais relacionados com a voz dos trabalhadores.

No que concerne às ações dirigidas à Comissão Europeia, a CES propõe a organização de eventos de mobilização para alertar a Comissão Europeia para casos concretos de violação de informação, consulta e participação dos direitos dos trabalhadores e até para considerar a possibilidade de contestação da falta de procedimentos de sanção por infração.

Relativamente às ações direcionadas para o Conselho Europeu, a CES procurará reforçar as suas atividades de lobby junto dos diferentes Estados-Membros, possivelmente em casos concretos de violações por parte de empresas localizadas e / ou com sede no Estado-Membro em causa, durante o contacto com as presidências do Conselho Europeu para um apoio concreto a Mais Democracia no Trabalho.

O Secretariado da CES voltará ao Comité de Participação dos Trabalhadores da CES para complementar o roteiro de ações já discutido, incluindo informações sobre a fonte e a alocação dos recursos necessários.

¹¹ A iniciativa para mais democracia no trabalho é amplamente divulgada pela sociedade civil e pela comunidade académica. A iniciativa #DemocratizingWork (democratizar o trabalho), lançada por peritos universitários em 2020, foi assinada, em poucos meses, pela CES, e por mais de 6,000 professores universitários, investigadores, sindicalistas e dirigentes de ONGs.